

## TERCIARIZAÇÃO E ESPAÇO METROPOLITANO \*

Christian Dennis Monteiro de Oliveira

### INTRODUÇÃO

Nos instantes que antecedem a redação deste texto, percebo que os objetos ao meu redor, anteriormente vistos como uma imediata consequência do trabalho operário, fazem-se refletir o quanto esta "operação" é bem mais complexa do que aparenta. Os livros, cadernos, mapas e armários, enfim toda materialidade que vejo não pode ser abstraída pelos limites da interpretação: **"isto é produto do trabalho"**. Sim, é, mas qual(is) trabalho(s)? E principalmente, quais as relações de produção que os permitem serem por mim refletidos?

Certamente conseguiríamos dizer que, independentemente das condições reais de sua produção e consumo, um livro é **feito** por uma "indústria" gráfica. Porém isto pouco revelou-nos sobre a realidade do produto, e nada sobre a de seus produtores e de seu processo de produção. A razão disto encontra-se na parcialidade de nosso raciocínio que ainda resiste em reconhecer as atividades que não alteram o corpo interior do produto como fases concretas de sua produção, dentro de uma estrutura sócio-econômica específica.

Esta ciência da transformação de meu pensar a produção dos objetos espacialmente dispostos é a própria comprovação do quanto pesquisar a realidade social nos possibilita um novo modo de entendê-la e convivê-la. Agora que iniciei esta síntese escrita da caminhada que dei na iniciação científica, coloco-me frente aos objetos, meditando sua produção, com a somatória articulada e contraditória de processos de transformação, troca, transportes, finanças, distribuição, consumo produtivo, etc. Coloco portanto a importância dos Serviços na materialidade do produto e busco interpretar sua conjuntura orgânica numa história e uma geografia definidas: a Metrópole Capitalista Contemporânea.

Por toda essa preocupação com o trabalho real, é que insisti em fazer um estudo singelo do desenvolvimento do trabalho, quase considerado irreal, por ser taxado de "improdutivo": o Trabalho Terciário, segundo a divisão de setores econômicos, sistematizada por Colin CLARCK (na década de 30). E, por intermédio deste, o processo de terciarização da mão-de-obra social. A complexidade de um estudo a esse nível colocará sempre em cheque minha própria condição para executá-lo, mesmo porque os economistas possuem tantas dúvidas em analisá-los, como sugere Eva VICENT-THOMAS em "As Incertezas do Terciário" (1980). Entretanto topei o desafio e com disposição ao comportamento eminentemente crítico às diferentes teorias, pude atingir os objetivos científicos de minhas argumentações.

Na composição deste texto, poderemos verificar as etapas pelas quais a pesquisa teve de passar, afim de satisfazer minhas inquisições. Não pretendo

---

\* Este texto, corresponde à primeira parte de um trabalho, cuja segunda parte deverá sair no próximo número do BPG com o título: A Terciarização Sócio-Econômica de Santo Amaro (Grande São Paulo).

aqui fazer um resumo do trabalho, comentando cada um dos itens que irei desenvolver em seguida. Prefiro citá-los abaixo. Quero antes de fechar essa apresentação do estudo, reiterar meus agradecimentos aos amigos da Faculdade e do cotidiano em geral, que de algum modo, muito contribuíram para possibilitar esta composição. E ainda quero esclarecer que o discurso a partir de agora passa a ter o **nós** como seu sujeito, pois relevo a participação de um amigo em especial, sem o qual este produto seria inexequível: Manoel Seabra.

A todos minha gratidão. E vamos nós de idéias e mãos a obra!

## A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E O TERCIÁRIO SÓCIO – ECONÔMICO

### Divisão Social e Manufatureira do Trabalho

Pensar o trabalho terciário, suas peculiaridades, o espaço que constitui e, ao mesmo tempo, torná-lo totalidade, seria condenar nossa pesquisa ao erro e a incredibilidade geral. O Terciário só terá sentido teórico se raciocinarmos a partir da conjuntura do trabalho social. E este, para se realizar, requer a prática de uma repartição entre os membros da Sociedade em questão. Não diríamos que esta afirmação é inquestionável, mas dificilmente contrariada: "o trabalho para ser social institui necessariamente uma divisão produtiva"; Reconhecer isto, é dar o "ponta-pé" inicial para entendermos o Terciário Sócio-Econômico.

Entretanto, através de uma simples afirmação, aparentemente aceita no senso "comum", chegamos a uma questão complexa que dá margem a interpretações distintas, entre as quais teremos de nos situar. Até que ponto o trabalho social deve ser dividido para satisfazer às necessidades de uma sociedade? O limite estará na satisfação harmônica entre indivíduos e sociedade, ou no máximo sacrifício da integridade dos primeiros para o progresso da segunda? Os inúmeros autores que refletiram seriamente sobre a divisão social do trabalho no decorrer da história humana se foram cada vez mais contrapondo, através de concepções mais detalhadas e complexas. A causa disto, certamente, é encontrada na própria complexidade que o trabalho social foi incorporando à medida em que se desenvolvia a produção social. Não pretendemos resgatar aqui a evolução dessas concepções; apenas citaremos uma linha de pensamento, que nos parece apropriada para o viés no qual queremos questionar o trabalho terciário: o Sistema dominante de Produção ou Sistema Capitalista.

Esta linha de raciocínio permite-nos, a partir da conjuntura histórica atual, fazer uma distinção fundamental no corpo do trabalho social. Ela se dá entre divisão social do trabalho e a chamada divisão manufatureira ou parcelar do trabalho. Recorremos a um pensador atual, Harry BRAVERMAN, que busca uma importante distinção entre a divisão do trabalho na sociedade e na unidade produtiva (a indústria no caso):

*"...embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido o seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas". (BRAVERMAN, 1974, p. 70)*

O que BRAVERMAN destaca é que, só a partir do Capitalismo a divisão do trabalho torna-se algo mecanizado e verdadeiramente parcelar, trazendo mudanças radicais na relação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. Vejamos, através da síntese seguinte, o peso que contem a diferenciação exposta acima:

*"Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a **Sociedade**, a divisão parcelada do trabalho, subdivide o **Homem**, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade". (BRAVERMAN, 1974, p. 72)*

Podemos denominar esse processo de subdivisão "avançada", como uma "divisão capitalista do trabalho". Sua interpretação de origem está nas idéias de Karl MARX, ao conceber a apropriação do trabalho social pelo capital. No capítulo XII do Livro I e Vol.I de "O Capital" ("Divisão do Trabalho e Manufatura"), ele discute o advento da manufatura, abordando suas contribuições para o parcelamento do trabalho e suas limitações apenas resolvidas na fase seguinte (a chegada da maquinofatura). Ainda que esteja ligada fortemente a um período preliminar da divisão capitalista do trabalho, na formação social em questão, a manufatura já enseja condições de estabelecer diferenças consideráveis entre as duas "divisões do trabalho". Deixa expressar estas condições quando relata:

*"A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista; a divisão social do trabalho, fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si. Enquanto que na manufatura a lei de bronze da proporcionalidade submete determinadas quantidades de trabalhadores e determinadas funções, na sociedade o variado jogo do acaso e do arbítrio determina a distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos sociais do trabalho".*

Enfim, apontava que a divisão social do trabalho era "anárquica" no capitalismo e a manufatureira "despótica", exatamente porque constituía um produto de sua própria dominância e autoridade.

Chegamos então ao questionamento de qual o porquê do Capitalismo gerar uma divisão do trabalho, que firmada em atividades cada vez mais parcelares acaba por alienar totalmente o trabalhador do processo de produção. Emile DURKHEIM em sua obra "A divisão do trabalho social", na qual estuda, conscientemente, o trabalho de maneira abstrata, argumenta que a divisão do trabalho só produz estas "consequências desagradáveis" sob circunstâncias "excepcionais e anormais". Ou seja, para ele, toda a divisão do trabalho, em todos os graus é benéfica, e não podemos criticar tal "natureza", baseando-nos apenas numa conjuntura injusta. Contudo, não tomamos essa conjuntura como excepcionalidade do capitalismo, mas como sua razão de existência. Ideologicamente, a divisão do trabalho funciona para manter a retórica do único caminho para a eficácia (maior produtividade). Mas, essencialmente, o que ela proporciona sob seu comando é a máxima acumulação de capital, pela máxima exploração **possível** da força-de-trabalho.

Situando melhor o papel que tem essa organização parcelar, Stephen MARGLIN, (19 ) afirma que a divisão capitalista do trabalho é uma criação necessária do próprio sistema para sua manutenção e a da figura do capitalista:

*"A organização hierárquica do trabalho não tem por função social a eficácia técnica, mas sim a acumulação. Ao interpor-se entre o produtor e o consumidor, a organização capitalista permite gastar muito mais com a expansão das instalações e a*

*melhoria dos equipamentos, do que fariam os indivíduos se pudessem controlar o ritmo de acumulação do capital". (MARGLIN, 19... , p. 9)*

Assim, a divisão do trabalho por si mesma não funciona como um pressuposto incondicional à produção da riqueza de uma sociedade. Se a divisão social difere em essência da divisão manufatureira, a organização de todo e qualquer trabalho deve ser analisado no interior de um sistema historicamente determinado. Nos dias de hoje, o Capitalismo Monopolista. Desta forma nos precavemos de cometer erros como os de DURKHEIM – e de outros mistificadores da importância do trabalho – que lida com seu significado num grau tão alto de abstração, deturpando assim o quadro contraditório da realidade social.

Portanto, ao inserirmos na estrutura capitalista a divisão do trabalho, devemos remeter o mesmo procedimento para o chamado Terciário Econômico. É o que se verá em seguida.

### A CONCEPÇÃO DE TERCIÁRIO NO INTERIOR DA DIVISÃO DO TRABALHO – O SETOR E AS ATIVIDADES.

Antes de caracterizar esse trabalho na estrutura da produção em geral, é preciso discorrer sobre o significado do Trabalho Terciário. Por isso resgatamos a divisão do trabalho em Setores Econômicos, instaurada por Colin CLARK na década de 1930 e retrabalhada por autores como W. ROSTOW e J. FOURASTIÉ. A contribuição desses autores veio realimentar a polêmica já iniciada, no século passado, a respeito do papel que um conjunto heterogêneo de funções não produtoras da riqueza material traz concretamente para a Sociedade. A discussão torna-se cada vez mais acalorada, na medida em que o volume quantitativo se redefine e a produção material direta é progressivamente abarcada pela tecnologia da automação industrial.

Retomando a "Teoria dos Três Setores" de CLARK que viria mais tarde, a transformar-se na "Teoria das três fases do Desenvolvimento", verifiquemos o que estes setores de fato significam. Mas, posteriormente, baseando-nos na interpretação distintiva entre setor Terciário e Atividades Terciárias, esboçada por Alain LIPIETZ (1984), faremos uma exposição sobre estas atividades e a importância em diferenciá-las.

Tais setores devem ser entendidos como esferas autônomas (passíveis de individualização) de todo processo de trabalho social, partindo da aquisição natural de matérias-primas em direção as atividades que possibilitam seu consumo. Isto, logicamente, passando por todas as etapas de transformações necessárias. (1)

Assim, destrinchemos os setores por ele agrupados:

- a) **Setor Primário** – esfera da produção de bens materiais por intermédio da contribuição produtiva da Natureza. Os bens "primários" seriam aqueles derivados de uma transformação inicial (primeira valorização). Correspondem assim às atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, sejam dos "reinos" vegetal, animal ou mineral.
- b) **Setor Secundário** – esfera da produção de bens materiais, sem a intermediação direta da natureza. Ou seja, os bens deste setor são originários de outros bens já produzidos (matérias-primas ou meios-de-produção) e, por-

(1) Admitamos entretanto que esse conjunto de definições caracteriza-se por uma "filtragem" do que os críticos e os seguidores de CLARK nos repassaram de sua Economia Política, dado que sua obra não foi diretamente consultada.

tanto, situam-se numa fase **secundária** do processo, cujo domínio é totalmente social. Correspondem aos estabelecimentos artesanais manufatureiros e industriais.

- c) **Setor Terciário** – esfera da produção de bens **imateriais** (serviços em específico) e da realização (distribuição, circulação e venda) de bens materiais dos outros setores. De forma geral, este setor contém, na prática, duas grandes categorias que equivalem às duas faces da esfera citada. São elas a Prestação de Serviços em estabelecimentos administrativos, sociais, financeiros, etc., e o Comércio em geral (incluindo toda circulação das mercadorias). Assim, o Terciário, diferentemente dos outros setores, não se caracteriza por uma qualidade produtiva única em seus bens, pois estes, tanto podem ser materializados (à medida que os realiza) ou não.

No âmbito desta classificação, portanto, o bem produzido em cada centro (esfera) de atividade, será agrupado mediante suas qualificações. Obviamente que o exercício de enquadramento dos estabelecimentos veio resultar em problemas de ordem prática, dado que estes setores passaram a ser largamente empregados nos tratados de Economia e nos trabalhos censitários. Ainda que a solução para dúvidas, do tipo: “onde situar uma indústria mineradora ou uma oficina de reparação”, perpassasse a necessidade de reformular empiricamente a “teoria dos três setores”, há uma distinção mais problemática que, no contínuo emprego dessa teoria, é simplesmente ignorada. Como considerar um “trabalhador imaterial” no interior de um estabelecimento Secundário ou Primário?

A definição das atividades econômicas conforme LIPIETZ (1984), nos permite sanar alguns erros e dúvidas trazidas pelo emprego exclusivo da teoria dos 3 Setores. Agrupemos então em:

1) **Atividades Materiais** – o trabalho presente em **qualquer** setor econômico que desenvolve no seu exercício imediato a produção de um bem material, ainda que ele não seja a finalidade global do estabelecimento. Tais atividades poderiam ser decompostas em primárias (quando co-operadas pela natureza) e secundárias (quando executadas sem cooperação natural). Tomemos dois exemplos: um mecânico de uma oficina de consertos, que exerce atividades materiais quando opera uma modificação no produto, que exigiu do estabelecimento a prestação de um serviço; algo similar ocorre com um jardineiro que é empregado efetivo de um hospital ou asilo;

2) **Atividades Imateriais (ou Terciárias)** - é todo trabalho, também presente em qualquer setor, mas que desenvolve a produção imediata de um bem imaterial ou serviço (“lato sensu”). Essas atividades podem lidar com a transformação da matéria, contudo apenas indiretamente. Por exemplo, nas unidades fabris todo exercício burocrático é feito por atividades terciárias que pertencem ao Setor Secundário. Da mesma forma que a equipe administrativa de uma fazenda é enquadrada no Setor Primário.

Tentando resumir uma comparação destas classificações na ótica do trabalho terciário, ainda que por hora separando-as de um modo de produção particular, diríamos: O **Terciário** enquanto **setor** é o agrupamento econômico que objetiva à produção de serviços gerais (seja comércio ou prestação), através do emprego de trabalho material ou não; porém enquanto **atividade**, ele é o trabalho especificamente imaterial que realiza um serviço (“lato sensu”) enquadrado numa determinada esfera da produção, seja ela qual for.

O fundamental em se fazer esta distinção, na medida em que expomos o significado do trabalho terciário no conjunto do processo produtivo, está naquilo que atrai atualmente os estudos econômicos para este tema: o crescimento re-

lativo deste tipo de trabalho, comprovado em inúmeras estatísticas. Para compreendermos este crescimento não podemos ignorar o que realmente distingue o **Setor** do conjunto de **Atividades** terciárias, pois eles não necessariamente se correspondem. Para a resposta a questões do tipo "este crescimento dá-se em ambos ao mesmo tempo?", "em um deles apenas?", "com alguns estabelecimentos de um e algumas funções do outro?", remetemos a outras partes desse estudo. Por enquanto, a manutenção desses dois enfoques já satisfaz nossos objetivos de situar, com as devidas precauções, o Terciário no contexto da divisão social e manufatureira do trabalho.

Nestes termos, a "teoria dos três setores" parece remeter o trabalho a uma classificação mais técnica que propriamente de estrutura social. Ao esboçar suas formulações econômicas sobre o caráter dos três níveis da produção, FOURASTIÉ trabalha com noções genéricas de oferta e demanda de bens e emprego, influenciando os rendimentos. Entretanto, aparentemente, suas concepções nos permitem pensar numa homogeneidade social para os trabalhadores que devem apenas distinguir-se no plano técnico-funcional (VICENT-THOMAS, op. cit., p. 74). As idéias desenvolvimentistas de ROSTOW, elevando ao apogeu as nações que possuísem sua base econômica no Setor dos Serviços, vão pelo mesmo caminho.

Ora, se tais formulações fossem procedentes, estaríamos comprovando que a divisão do trabalho, conforme DURKHEIM, é naturalmente benéfica, esteja em qualquer circunstância que estiver. Todo Terciário, portanto, pela sua homogeneidade capacidade de expansão e desenvolvimentismo econômico se apresentaria permanentemente como a face bondosa do capitalismo. Não é por aí que caminhamos, e, além disso, já que esta teoria tecnicista desconsidera as desigualdades do trabalho social para se firmar, entendemos que sua crítica deva ser feita através da conceituação contemporânea daquilo que fora menosprezado: a divisão capitalista do trabalho expandindo-se, inclusive através deste Terciário, heterogênea e contraditoriamente.

O Terciário econômico poderá apenas ser interpretado, sem essa enorme somatória de problemas que o tomou até então, quando, portanto, destrincharmos suas funções como **Setor** e **Atividade** de acordo com o que representam para o Capital.

### A problemática do Terciário.

Tendo em mente o conhecimento do significado de trabalho Terciário, apoiando-nos na "teoria dos 3 Setores" e uma complementação crítica a esta teoria, (a distinção das Atividades), propomo-nos agora discutir dois aspectos centrais que permeiam os estudos sobre este conceito. O primeiro, gira em torno da questão trabalho produtivo/trabalho improdutivo que, apesar das inúmeras contribuições científicas, permanece ainda em aberto. O segundo, sob a ótica de tentar resolver o incômodo da diversidade interna em paralelo com a expansão contemporânea, diz respeito à classificação do chamado "Setor Quaternário da Economia". Outras dúvidas sobre o Terciário poderiam ser debatidas pertinentemente, como as diferenças de rendimentos, o problema da industrialização de determinados ramos, ou a feminização da maior parte de suas funções. Ocorre que, por um lado, parte destas dúvidas está internalizada nos dois aspectos acima, e, em nossa opinião, somente a resolução deles nos alcerçará para trabalharmos a idéia da **Terciarização Sócio-Espacial**.

Quando se iniciou a polêmica sobre qual o trabalho realmente seria produtor de riqueza social, a teoria de CLARK não estava constituída, embora este autor remeta a origem dessas noções a William Petty (1691). Este início dá-se no momento histórico em que o capitalismo está se implantando como modo-de-produção dominante e, ao mesmo tempo, transmutando-se de sua fase mercantilista para a liberal-industrial. O que estimulava majoritariamente o debate, eram as diversas percepções que os teóricos da Economia Política tinham a respeito do que permitia a acumulação da riqueza em forma de Capital.

Em "Teorias da Mais-Valia" de Karl MARX (1863), encontramos um apinhado geral desta questão, trabalhada pelos mercantilistas e fisiocratas, pelos estudos de Adam SMITH e seus contemporâneos, e sua própria concepção incorporada da "teoria do valor". Guiando-nos pela interpretação de trabalho produtivo (sendo o improdutivo todo aquele dela excluído) retomemos rapidamente essas concepções analisadas por MARX.

Os mercantilistas, segundo ele, só percebiam o trabalho produtivo nos ramos que diretamente proporcionavam o retorno de dinheiro acima dos gastos por ele dispensados. Isto é, o centro da geração do valor estava na circulação (serviços comerciais) e não na produção de qualquer mercadoria. Já os fisiocratas, ao contrário, só veem, como produtivo o trabalho agrícola. Esta restrição dá-se basicamente porque concebiam a origem natural da mais-valia, passando esta a pertencer ao capitalista a partir de sua propriedade sobre a terra.

A crítica as concepções mais detalhadas de Adam SMITH advém do fato de que este autor, ainda influenciado por questões errôneas a respeito da origem do valor, permite-se cair numa ambiguidade sobre este conceito, formulando duas noções distintas de trabalho produtivo. Na primeira, ele sintetiza que **produtivo é o trabalho que se troca por capital**; todo aquele que "produz valor" e é pago com salário (capital variável), não com renda. Na segunda, é sustentado como **produtivo o trabalho que se realiza em Mercadoria**. Com esta outra interpretação, SMITH restringe a idéia de produção do valor à criação do produto material mercantilizado. Para MARX, esta visão retira a questão do trabalho produtivo/improdutivo de sua relação direta com a produção capitalista, e isto é verdadeiramente comprovável na medida em que, em SMITH, percebemos uma precária definição do que seja mercadoria; diz ele:

*"O trabalho improdutivo não se fixa, nem se realiza em objeto durável ou mercadoria vendável". (Citado por MARX, op.cit. 19<sup>o</sup> p. 141).*

Na mesma obra, MARX esboçará sua própria definição:

*"Trabalho produtivo portanto é o que - no sistema de produção capitalista - produz mais-valia para o empregador ou que transforma em condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital". (p. 391)*

Assim articula, a nosso ver corretamente, a noção de trabalho produtivo a duas idéias fundamentais, o que resolve os problemas dos teóricos anteriores, mas abre a polêmica para questões que exploraremos em seguida. São elas a de "produção de mais-valia" e a de "troca por capital" (esta já aceita na 1<sup>a</sup> Concepção de SMITH).

Pela segunda noção, fica garantida uma discussão do "produtivo" para o capitalismo e não para a Sociedade. Caso queiramos relevar as interpretações radicais de que todo o trabalho de prestação de serviços é improdutivo porque não opera um bem material, tornando-se quase que desnecessário à Sociedade, leremos com esta noção, incorporada ao Sistema Capitalista, argumentação suficiente para rechaçar tais idéias. Não pretendemos aqui dialogar com esses

"pensadores" que veem o Terciário como o Setor de consumo de riqueza por excelência, dado que eles estão pensando a Sociedade numa abstração a-histórica.

Entretanto, será sobre a 1ª noção de MARX, que nos chocaremos com a problemática real do Trabalho Terciário. Pode este trabalho "produzir mais-valia"? Ele próprio, percebendo esta complexidade, esboça uma argumentação no sentido de responder positivamente. Para tal, reconheceu que vários empregos de prestação de serviços são pagos com salário, geram lucro para o capitalista empregador e permitem muitas vezes a condição infra-estrutural para a mercadoria ser produzida (é o caso dos transportes). Porém, esbarra numa interpretação que é básica para sua "teoria do valor": **a constituição da materialidade da mercadoria**, e, através desta, na interpretação de que a mais-valia seja um valor-trabalho que está incorporado a esta materialidade. Com isto MARX vai acabar negando parcialmente que os serviços em geral, mesmo internalizando a relação capitalista, possam ser interpretados como trabalho produtivo. Para nós, formou-se uma nova ambiguidade sobre a questão.

Autores marxistas contemporâneos como BRAVERMAN ou Pierre SALAMA, entre outros, permanecem sustentando uma linha de interpretação que respeita as modificações da organização atual do trabalho terciário, contudo sem alterar o viés de concepção da produção de mais-valia construído por MARX. Ambos preocupam-se em estudar as condições atuais de exploração que perpassam os trabalhadores escriturários e comerciários, mas entendem que esta exploração não envolve extração de mais-valia.

Alain LIPIETZ vai mais longe no sentido de não apenas reconhecer que o crescimento e reorganização dos terciários insere-se num processo de proletarização dos serviços, mas também de explicar melhor a aparente ambiguidade deixada por MARX quando retalhou o assunto. Ele diz:

*"Quando Marx define como produtivo o trabalho que se troca contra o capital, ele pensa no capital ele próprio produtivo. Uma empresa bancária ou comercial incorpora formalmente capital fixo (os locais) e capital variável (o salário dos empregados) para obter lucro. Mas o trabalho que se efetua não adiciona valor às mercadorias produzidas pela empresa a que o banco empresta ou da qual o atacadista vende os produtos. É uma parte da mais-valia que é consumida nos custos de circulação. Estes empregados são, pois, formalmente produtivos, mas, globalmente, consumidores da mais-valia social" (LIPIETZ, op.cit. p. 08).*

E, para complementar ainda o que pensa do Terciário incorporado à empresa industrial, relata:

*"O caso do Terciário nascido da decomposição do trabalho é mais simples: trata-se inevitavelmente de um trabalho produtivo... na medida pelo menos em que ele não corresponde a uma pura função de enquadramento. Mas este trabalho não é produtivo a não ser pela sua articulação à vertente manual do trabalhador coletivo" (idem, p. 09).*

Esta longa exposição fez-se necessária para, a partir da crítica a essas concepções de trabalho produtivo/improdutivo, podermos constituir uma interpretação que, enquadrada também ao sistema capitalista e sua divisão do trabalho, possa dar conta do processo de Terciarização, o qual veremos mais tarde. Conforme percebemos, a questão da produção da mais-valia para os marxistas faz com que os Serviços sejam tomados como trabalho não genuinamente produtivo. LIPIETZ acabou de nos citar que isto se deve ao fato de que o capital gerado por eles é sempre improdutivo. E a razão desta afirmativa certa-

mente está na interpretação, talvez até dogmática, de que a Mercadoria é necessariamente um bem material-corporificado.

Nossa crítica inicia-se por afastar essa interpretação. Para nós mercadoria é todo resultado do trabalho capitalista, seja ela tocável ou incorpórea. A partir daí a produção do valor, ou melhor, da mais-valia não é sinônimo de execução direta de um bem material; mas, sim, o decorrer de todo o processo produtivo, desde a primeira capitalização da matéria-prima até a última, na venda do produto para a realização do consumo final (valor-de-uso). Desta forma não nos importa se o trabalho que gerou o capital era material (operário) semi-material (técnico), imaterial (escriturário) ou se apenas estava transformando espacialmente o bem materializado (transporte e comércio). O que deve ser questionado é se sua produção (vista agora no sentido de "toda realização de trabalho") participa do processo produtivo capitalista. Em participando, trata-se de trabalho produtivo de capital, de mais-valia e de riqueza social (já que esta sociedade é indiscutivelmente capitalista).

Temos ciência de que essa concepção ampla sobre a produção do valor, não se ajusta a "teoria marxista do valor" e, portanto, a metodologia que nos permite encarar esta problemática, apesar da análise dialética do Terciário, não pode ser enquadrada como marxista. Daí concluímos, à revelia da enorme contribuição que nos permitiu este viés de pensamento, que **o trabalho terciário não é improdutivo (nem produtivo) por si, mas na medida em que não participa do processo produtivo de geração capitalista da mais-valia social.**

A outra questão, que gostaríamos de ressaltar, é a da criação, por alguns autores estarecidos com o crescimento dos chamados "Serviços de Ponta", do chamado Setor Quaternário da Economia. Esta terminologia é reconhecida por autores, que assumindo a herança da obra de Colin CLARK, percebem a expansão dos Serviços apenas nos ramos ligados ao aprimoramento tecnológico e administrativo (seja público ou privado). Embora não tenhamos trabalhado diretamente usuários dessa teoria, agora dos "4 Setores", através dos críticos como Francisco de OLIVEIRA e Paul SINGER podemos nos posicionar frente a esta proposta.

A concepção da existência de um setor quaternário só procede se entendermos que a manutenção das idéias de Colin CLARK, para a interpretação da divisão capitalista do trabalho, não se torna um empecilho à análise. Como até então o que vimos como significado desse Quaternário não passa de um desmembramento técnico do superlotado e hiper-heterogêneo Setor Terciário, a princípio, esta idéia não está adversa a nossa concepção.

Ocorre que, ao enquadrar neste novo setor os serviços de vanguarda da Sociedade moderna, é provável que os autores defensores do Quaternário venham reconhecer apenas em seu interior a expansão dos serviços. Desta feita, estaria implicitamente fundada a idéia, não de uma "Terciarização", mas de uma indiscutível "Quaternarização" da Sociedade. E dizemos indiscutível por que, dentro deste novo setor, os serviços estagnados no mercado, que atualmente com a teoria de apenas 3 Setores dificultam a interpretação do processo, já não seriam classificados juntamente com os "modernos".

Portanto, por esta via de pensamento, daríamos reforço ao dualismo, inconsistente para uma realidade contraditória mas articulada, ao trabalharmos com a idéia de moderno/arcaico. A manutenção de um Terciário ligado à indústria e à agricultura, com base nos serviços públicos sociais, privados/pessoais ou no comércio e transportes tradicionais, mostraria que o país está atrasado na divisão técnica do trabalho. Mas a introdução de um Quaternário de pe-

so, com centros de administração e serviços empresariais de ponta, órgãos de telecomunicação e informatização via computador, departamentos de pesquisa científica e tecnológica, sejam privados ou estatais, estaria provando a modernização e por ela a superioridade daquela nação no "ranking" internacional.

Frente a estas peculiaridades, que apenas "modernizam" o mesmo discurso dual, entendemos que não convem trabalharmos como o conceito de Setor Quaternário. Por si não nos auxilia em nada a compreender nem como se dá e nem o porquê da expansão do Terciário, forçando este "Setor" (e estas atividades) a aparecer estatisticamente como superior a outros Setores em geral. Frente ao exposto, fica-nos dispensada a utilização de um conceito que apenas rotula uma explicação concreta, sem contudo dar conta desta.

Por finalização, gostaríamos de levantar neste item ainda, uma observação sobre a nossa própria relação com a teoria de CLARK, e a sustentação de um propósito de analisar dialéticamente este fenômeno. A questão nos auxilia a justificar porque, no enfrentamento do "quarto setor", preferimos afastá-lo da análise, mas nosso discurso permanece reconhecendo os outros 3, cuja base também é uma divisão técnica e não capitalista do trabalho. Aparentemente nos contradizemos, porém, na realidade, esta postura vai pelo mesmo caminho que outros autores críticos dessa teoria utilizaram. Sabemos que a idéia de Primário, Secundário e Terciário é precária para a interpretação do trabalho na Sociedade Capitalista. Mas essa precariedade não nos impede de introduzirmos elementos de análise, os quais façam com que seus conceitos nos auxiliem na explicação. É o caso presente da idéia de "Terciarização" que, como veremos em seguida, serviu para apologias utópicas de projetos sociais; mas, em nosso trabalho; servirá para o desmascaramento da realidade do trabalho capitalista.

Poderemos até futuramente encontrar uma outra denominação, sem o vício tecnicista da teoria de CLARK, que melhor intitule tal processo. Na verdade, para isto torcemos. Mas por hora torna-se mais precioso, até a nível de explicação didática, conservar a denominação advinda da herança dos 3 setores do que nos preocuparmos precipitadamente com os rótulos de nosso estudo.

### **A mística da Sociedade Terciária**

Foi a partir dessa "ideologia" que transcende em utopia o discurso da modernização, via Setor Quaternário, que nos estimulamos a organizar os questionamentos de fundo para realizar este estudo. Ainda que hoje a reconhecemos como uma "mística", não desvalorizamos o peso de algum fundamento real trazido no bojo desta previsão social. Através dela denotamos que o Capitalismo auxiliado pelo aparato tecnológico alterou tanto a organização de suas contradições internas, que se tornou possível alimentar satisfatoriamente muitos teóricos reformistas, ávidos de dizer que, apesar de todas as crises, nos encontramos no caminho certo.

O texto que nos abriu a atenção para a realidade do crescimento dos Serviços não se direcionava a esta linha utopista, mas trazia vários elementos quantificados que, nas mãos de um ortodoxo discípulo de CLARK, seria um "prato cheio". Trata-se de um artigo de jornal de Rogério C. de Cerqueira LEITE intitulado "A Realidade Pós-Industrial". Nele, o autor aponta a presente força da Economia de Serviços ditando os caminhos da organização do Trabalho na realidade dos EUA. Nesta nação, a informatização (prova maior da modernidade técnica) bem como todos os ramos a ela diretamente ligados ocupam metade de toda força de trabalho americana. O restante sendo distribuída nos Servi-

ços (30%), Indústria (17%), e Agricultura (3%).

Não nos importa aqui indagar se a base classificatória desta distribuição é aceitável ou excessivamente deturpada. Os autores da "Sociedade Terciária", ao contrário, frente a sugestividade desses dados oficiais (fonte: Ministério do Trabalho dos EUA-1980) talvez recusem até entrar em grandes detalhes. Importa-se sim o fato de que, ao final do artigo, LEITE insere essa realidade, aparentemente particular aos EUA (e talvez outros países desenvolvidos), na articulação da Economia Mundial. Ele diz:

*"O computador está consolidando o status quo e acentuando a atual divisão internacional do trabalho. Os países centrais encarregados de atividades nobres, como serviços e informações e os periféricos, detentores de mão-de-obra de baixo custo, com incumbência de operar as indústrias poluentes e de fornecer minérios a baixos custos. Enfim a mesma velha história, e a humanidade sob este aspecto não mudou nada". (LEITE, R.C.C., 1983, p.3).*

A sentença conclusiva de LEITE, já bastaria para por em xeque os ideólogos da "Sociedade Terciária", mesmo que permeada de uma generalização excessiva. Contudo, a desigualdade da divisão do trabalho também se internacionaliza às nações desenvolvidas, consolidando polos regionais de papel econômico distinto. LIPIETZ, em texto já referido, vem cuidadosamente explorar essa diferenciação espacial na geografia atual francesa. Ele classifica 4 regiões hierarquizadas, das quais apenas a primeira (os polos direcionais financeiros e tecnológicos) equivaleria ao locus de onde poderia haver fundamento chamá-la de "Sociedade Terciária". O mesmo ocorre nos EUA ou Japão, guardadas as devidas proporções. Com tamanha polarização técnica e espacial, que alicerce real teriam esses teóricos para formular tal Utopia ?

VICENT THOMAS (op. cit) questiona quais as comprovações reais para os postulados utopistas de CLARK e seus seguidores. Citando J.FOURASTIÉ sobre a mutação dos valores na nova Sociedade:

*"...enquanto a sociedade industrial é definida pela quantidade daquilo que determina o nível de vida, a sociedade pós-industrial é definida pela qualidade da vida, medida pelos serviços e comodidades - saúde, educação, recreação, artes - que são agora consideradas possíveis e desejáveis para todo o mundo",*

synetiza os dois postulados que sustentam essas e outras afirmações dos utopistas terciários. Primeiro, o de que o crescimento do emprego nos serviços reflete um aumento de seu consumo; Segundo, que este consumo ampliado vem valldar a lei de ENGEL:

*"a medida que o nível de vida aumenta, os bens materiais tendem a saturar-se e a demanda voltar-se para os serviços imateriais".*

VICENT-THOMAS comprova, baseando-se em dados relativos a França, a fragilidade patente destes postulados, dado que esta mudança no direcionamento para o consumo de serviços não mostrou índices consideráveis. Ao contrário, por várias vezes, o avanço da tecnologia, criando aparelhos domésticos de rápida difusão, substitui o consumo dos serviços que anteriormente se responsabilizavam por determinadas tarefas. Ela exemplifica com o consumo da máquina de lavar que vem "suprimir" as lavanderias, e a televisão suprimindo outros espetáculos artísticos ao vivo. Parece-nos um tanto exagerada a utilização da palavra "suprimir", mas concordamos inteiramente com o sentido que a autora usou a idéia de "supressão". Em outros termos, poderíamos dizer que a tecnologia, ou o "computador", como chamou LEITE, não faz a totalidade da

população ativa das nações migrarem linearmente para o Setor Terciário ou para as atividades terciárias. O que a tecnologia proporciona é a redefinição dos Serviços, desenvolvendo-os ou destruindo-os de acordo com interesses da ordem econômica em vigência.

As parcialidades analíticas dos utopistas os traem na análise da realidade dos Serviços, exatamente porque seus postulados mantêm-se na mesma aparência deturpada. Resta-nos questionar se a "mística" constituída advém de um erro metodológico ou de uma metodologia ideologicamente errônea, para auxiliar a veneração do Sistema. Quando nos reportamos a utopia crítica de André GORZ em "Adeus ao proletariado", ficamos tentados a optar pela veracidade da 2ª alternativa.

Gorz, quando fala de sua sociedade pós-industrial, diferencia aquela realidade a que a ação política dos homens conscientes poderia conduzir ("utopia realista") da realidade caótica que o capitalismo contemporâneo já está naturalmente implantando (desemprego maciço, alienação humana ao extremo, opressão da tecnologia e injustiça social). Sem discutir o mérito da concretude que essa utopia nos propõe (mesmo porque ele não lida com a idéia de uma sociedade Pós-Industrial Terciária), Gorz deve ser validado por montar essa utopia em cima da análise de um real que é maligno em sua essência. Por esta razão ele escapa à mística de idealizar uma sociedade perfeita nascida de outra, que é organizadamente imperfeita (contraditória, desigual em termos de valor, opressiva).

Portanto não é para uma "Sociedade Terciária" que a expansão diferencial do trabalho terciário aponta em nossos dias. Qual sociedade então será não sabemos, mas pensar que ela estará organizada pela divisão capitalista do trabalho já nos desestimula toda imaginação.

### O Terciário e a divisão capitalista do trabalho

Retomando o sentido global de Terciário (como Setor e conjunto de atividades imateriais) pode este trabalho ser entendido a partir de uma análise que se guie pela divisão capitalista da produção? Insistimos em afirmar que sim, mas com a devida preocupação de justificar porquê, dado que as outras partes desse estudo apenas se ajustarão a essa possibilidade. O Terciário, enquanto o Setor da teoria Clarkista, é um agrupamento tecnicamente homogêneo. Incorporando-o à divisão capitalista, esse "tecnicamente" não passa de uma peculiaridade no jogo de interesses. O Terciário tende a ser "terciários", onde seus serviços alimentam uma heterogeneidade funcional por várias vezes transcendente à divisão técnica.

Já que estamos falando da técnica do locus do "trabalho intelectual", comecemos a construir a relação proposta na irracionalidade que essa denominação tornou-se para os serviços, mediante o avanço do capitalismo. O dualismo entre trabalho intelectual, dominante, e trabalho manual, dominado, sustenta uma semi-verdade excessivamente simplória, em níveis gerais. Ao pé-da-letra, parece-nos que todo trabalho de operação direta, independentemente do grau de qualificação, é uma atividade desprezível. E, ainda, que este tipo de operação não engendra raciocínio autônomo, não é intelectual. A parte verdadeira desta distinção encontra-se na realidade de que a medida em que exista maior desqualificação e menor diversificação de raciocínio, teremos maior possibilidade de encontrarmos funções operárias, do que as de prestação de serviços.

Mas a nível específico, para, digamos, o Setor Terciário apenas, até que ponto podemos pensar que o trabalho do balconista comercial do caixa bancário, ou do motorista de ônibus, seja intelectual? No sentido de qualificado, simplesmente nada podemos dizer. E aí superamos a homogeneidade técnica da teoria dos 3 Setores, abrindo caminho para a heterogeneidade da divisão capitalista. Não é possível conservar harmônico, como "sinal de uma nova sociedade" (como tentaram), um Setor que abarca, ao mesmo tempo, a extrema alienação e a qualificação produtiva. A divisão capitalista do trabalho acaba tornando-se uma alternativa necessária para desenvolver uma interpretação, ao menos, racional deste setor.

Em linhas gerais, como então se constitui essa organização do trabalho? Percebemos que o sistema capitalista caracteriza-se por uma relação dialética entre homens que se apoderam do capital e outros que por esse poder são explorados, ao ponto de não serem legítimos possuidores da força que proporcionam à produção desse Capital. Essa relação, que na prática de cada tempo e lugar da existência do capitalismo vai adquirindo traços peculiares, tende à clarevidência ou ao obscurecimento, dependendo mais das promissoras condições que sustentem o lucro dos capitalistas. Entretanto, na medida em que o sistema se desenvolve, revolucionando as forças produtivas (a tecnologia) e os seus arranjos culturais (o complexo da vida social), essa relação tende a dirigir-se para formas conhecidas como "especificamente capitalistas".

Essas formas caracterizam-se pelo trabalho assalariado, hierarquizado, funcionalmente qualificado para uma especialização ou qualificado na medida que antecede à chegada de uma automação que o substitua. Ocorre que esse trabalho, especificamente ou genuinamente capitalista, convive com outras formas, de que o Capitalismo se apropria para conciliar-se com as condições herdadas do local onde se implanta. E, além disso, essas formas específicas de modo algum podem ser consideradas homogêneas. Se tomamos um estabelecimento hospitalar privado, sabemos que um médico e um encarregado, apesar de assalariado, ocupam posições extremamente diferentes na hierarquia produtiva e possuem qualificações em nada comparáveis. Com isto queremos dizer, que apesar da tendência ao assentamento das formas especificamente capitalistas serem um fenômeno universal (a medida que o sistema se desenvolve), as próprias características dessas relações se antagonizam, por um lado, e o próprio desenvolvimento do sistema é completamente desigual, por outro.

Este quadro, que apresentamos em sua superficialidade, não se modifica perante as limitações de um Setor e muito menos predetermina que certo tipo de trabalho deva ser especificamente capitalista ou não. O que se estabelece na divisão capitalista do trabalho é um arranjo diferencial de funções, cujos valores (expressos em rendimentos) e a disposição orgânica (se assalariado, associado, autônomo, etc.) são dados de acordo com a estrutura vigente do sistema em questão. Esta, é claro, particularizada histórica e geograficamente.

Assim, em termos mais objetivos para o Terciário em especial, queremos dizer que, sem a utilização de um raciocínio apoiado na divisão capitalista do trabalho, a preocupação efetiva com o assentamento de uma classificação adequada para o Setor não prospera. Por que motivo devemos fazer uma subdivisão objetiva dos Serviços, se não sabemos ainda como estes estão articulados à realidade do modo de produção capitalista? Muito já se discutiu a nível pragmático se as atividades dos profissionais liberais formam um subgrupo a parte, se se enquadram entre os serviços pessoais; se os públicos são inadequados, melhor seria falar em serviços sociais e empresas estatais; se os ser-

viços de transportes e comunicação são integrantes do Terciário ou do Setor Secundário, e daí por diante. Os estudos quantitativos, sejam sobre a verificação do papel do Terciário na Economia ou apenas de caráter censitário (ver os censos econômicos do IBGE) parecem estar sempre insatisfeitos com a sub-classificação que fazem do Terciário, dado os constantes reagrupamentos que efetuam em seus ramos. Este quadro nos chama a atenção para o seguinte procedimento: a classificação prévia como fundamentação metodológica nos impossibilita a análise concreta do Terciário dentro da divisão capitalista do trabalho.

Devemos entretanto não cair no extremismo de pensar todos os Serviços indistintamente, apenas para não classificá-los. Podemos e devemos distinguir o que sejam serviços públicos, serviços de "produção", serviços sociais, profissões liberais, serviços comerciais, serviços informais, e outros. O que não podemos é querer limitar individualizadamente estas classes, estancando seu conteúdo em estabelecimentos e atividade que "eternamente" ali estarão enquadradas. Ao contrário, precisamos visualizar que esses e outros grupos permanentemente se sobrepõem ou se reformulam com o mesmo dinamismo em que as relações de produção (especificamente ou não) capitalistas comandam suas funções.

Isto posto, podemos agora resumir esta relação Terciário/divisão capitalista (que no fundo é uma apropriação) formulando o seguinte: o estudo conjuntural do Trabalho Terciário exclui uma classificação pré-determinada, e se esta vier a ocorrer durante ou ao final de sua análise deve ser levado em consideração o seu caráter dinâmico e momentâneo.

Já que buscamos interpretar não o Terciário como um todo, mas seu processo de expansão contemporânea a nível espacial (metropolitano) certamente trabalharemos com noções classificatórias tecnicamente racionais. Mas isto será um mecanismo de apoio, não uma fórmula para se entender onde há e onde não há Terciarização do Espaço. Mesmo porque a divisão capitalista do trabalho e sua territorialidade jamais serão estagnadas, enquanto existir tal Sistema.

### **A DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO NA METRÓPOLE E O PROCESSO DE TERCIARIZAÇÃO.**

Interpretada a dialética conjuntural do trabalho terciário na divisão capitalista do trabalho, pretendemos efetuar a partir desta segunda parte uma análise a respeito da espacialização, a qual este terciário se articula estruturalmente. O centro de nossa perspectiva será mostrar qual a relação contemporânea entre a transformação do urbano capitalista e o processo de terciarização da força-de-trabalho. Certamente suas características contêm uma complexidade de fatores cuja compreensão ficaria difusa, não fosse o tratamento do fenômeno feito numa base empírica pré-determinada. Esta base é a Metrópole paulistana, averiguada pela amostragem de dados regionais, e a terciarização analisada é a que nela podemos detectar.

A atualidade do fenômeno, por sua vez, nos estimula a indagação sobre o arranjo que adquire tal processo; somos imediatamente chamados a levantar qual o porquê da Terciarização. A resposta aqui terá fundamentos insuficientes para se considerar uma teoria da expansão do Terciário; será, antes de mais nada, polêmica. E apenas isto a enriquece, pois a torna coerente com o tema em estudo. Para atingi-la, porém, separamos metodologicamente essas duas

concretudes: **Metrópole e Terciarização**. Sabemos que estão intimamente integradas, mas preferimos reconstruir essa integração de maneira criteriosa e gradual.

#### **Da cidade industrial à metrópole terciarizada – uma transformação do espaço capitalista.**

Para discutirmos a transformação do espaço capitalista a nível urbano, seria necessário antes de tudo romper com a idéia descontextualizada de que haja um padrão universal de metropolização. Certo é que a característica mais profunda de todo centro metropolitano é situar a gestão do capitalismo macro-regional, nacional e, algumas vezes, o internacional. Ocorre que, nas diferenciações de âmbito, estão incorporados aspectos desiguais que norteiam o efeito dessa centralidade (condições de infra-estrutura urbana, contingente e qualificação produtiva do imigrante, funções políticas e culturais exercidas concomitantemente com seu papel econômico, etc.). Dessa forma, precisaríamos aqui estar atentos para esclarecer quando nossos apontamentos podem ser generalizados para todo o urbano capitalista e quando estes fazem emergir fatores característicos apenas das cidades/metrópoles do capitalismo dependente, através do qual poderemos pensar posteriormente a metrópole paulistana.

Por esse caminho, não iremos sustentar dois processos distintos de metropolização do urbano. Iremos, sim, destacar o geral e o específico do mesmo processo que transpassa o centro e a periferia do Sistema; e, nessa perspectiva, explorar a base para uma idéia de que a Terciarização como um fenômeno geral da metrópole contenha em sua essência uma diferenciação de certa forma similar: um todo que, na contradição interna do sistema, destaque "**faces**" **centrais e periféricas**.

Comecemos por entender a Cidade Industrial também como centro do capitalismo, dado que seu advento fez romper o velho papel do antigo burgo feudal e da cidade mercantil, na medida em que ela incorporou uma nova dinâmica no processo produtivo, a divisão capitalista do trabalho permeada de suas relações específicas. Dessa maneira, sua criação traduz o estabelecimento do capitalismo como sistema dominante, dado que em seu centro de comando já não existe um espaço por ele apropriado, mas sim um espaço por ele majoritariamente produzido. Não é a toa que a Revolução Industrial e a Revolução Burguesa são mais do que contemporâneas; são estruturalmente interdependentes na articulação política-econômica especificamente capitalista.

De que forma, em termos genéricos, procedeu-se à criação desse espaço? Discutindo a urbanização inicialmente a luz das relações de poder (e neste o econômico) entre as classes sociais, Paul SINGER sintetiza os elementos para compreendermos a dinâmica da urbanização. Na caracterização introdutória ele nos diz:

*"A cidade é, via de regra, a sede do poder e portanto da classe dominante. Isso é fácil de entender, desde que se tenha em mente a diferença fundamental entre campo e cidade". (SINGER, P., 1973, p. 12).*

A base desta diferenciação, segundo o autor, está na divisão do trabalho, que, ao gerar uma classe de não-produtores, condiciona sua posterior instalação espacial. Transcorrendo daí a história das relações de classes até o estabelecimento do Capitalismo. SINGER remonta, pois, à consolidação política e econômica desse espaço urbano.

Mas vamos nos prender ao que ele diz sobre a gênese da Cidade Industrial:

*"Se a revolução manufatureira se orientou, pelo menos em seu princípio, contra a cidade, conquistando-a, de fora para dentro, a revolução industrial teve por palco, desde o início, a área urbana. A revolução industrial tem por base uma alteração no modo de produção, que torna o investimento no instrumento de produção, e não mais apenas na matéria-prima e no produto acabado, altamente lucrativo". (SINGER, P. idem, p. 24).*

Nesta comparação torna-se claro que a cidade, genuinamente um centro de poder político, assume com o capitalismo dominante a gestão econômica do setor que caracteriza predominantemente o sistema: o Setor Industrial. Pois:

*"O resultado deste processo – a moderna unidade de produção, a fábrica – é necessariamente um fenômeno urbano. Ela exige em sua proximidade, a presença de um grande número de trabalhadores... Quando a fábrica não surge na cidade, é a cidade que se forma em volta dela. Mas é, em ambos os casos, uma cidade diferente", (SINGER, P. idem p. 25).*

Em resumo, o processo de industrialização comanda a urbanização capitalista, ou seja, o espaço é produto de uma estrutura histórica consolidada neste modo de produção. Por essa via, podemos entender as grandes questões tradicionais que envolvem a problemática do urbano-industrial, como um conjunto de consequências provocada generalizadamente nas cidades as quais sofreram essa revolução técnico-cultural. O êxodo rural para estas áreas, o desemprego funcional, as altas taxas de densidade demográfica, os choques étnico-culturais, não podem ser tomados como causa principal de um problema que é o todo da estrutura em questão. E esse todo é maior que a própria área urbana; SINGER destaca isso quando raciocina a relação cidade-campo, não como antagônica, mas contraditoriamente articulada e complementar na medida em que o campo também se industrializa.

Caminhamos dessa forma para respondermos à questão (como se processou a criação desse espaço?), interpretando que sua origem dá-se pelo desenrolar do processo de industrialização, o qual comanda a estrutura capitalista numa fase historicamente determinada: a da livre concorrência e da autorregulação de mercado. As cidades industriais do séc. XIX refletiam orgânica e socialmente a revolução liberal em vigência. Porém, desde essa época, seu arranjo coincide com os desajustes sócio-econômicos que, na escala da economia mundial desigual, fomentarão as crises do Sistema dominante. O problema estrutural do livre-mercado leva o capitalismo ao embate extremo; às duas Guerras Mundiais. E, em seguida, como solução concreta para o reordenamento do Sistema, é implantada uma política mundial de planificação econômica com participação direta do agente estatal. Estava assim consolidada a fase do Capitalismo monopolista de Estado, e através dele uma nova divisão internacional e espacial do trabalho.

A metrópole terciarizada, a qual nos referíamos, apenas pode ser apresentada no espaço urbano a partir da instalação desse reordenamento estrutural. A metrópole, deste modo, reflete uma complexidade espacial que tende a superar a antiga cidade industrial. Não é possível confundir objetivamente um grande "centro industrial" com um espaço metropolitano, quando percebemos a diferenciação qualitativa de suas condicionantes históricas. Daí, portanto, a metrópole como palco de um poder econômico, agora "planificado", ser representada antes de mais nada pelo seu espaço intensivo de dominação (interna e

externa) e não pela sua extensão territorial e demográfica. Somente ela, por esse poder concentrador, é capaz de exercer a polarização necessária ao Capitalismo Monopolista de Estado.

Daqui em diante, já podemos discutir a contetude da transformação, dada a certificação de que seu motor fora o reordenamento econômico-político do capitalismo indo da "anarquia" à planificação. Armando Corrêa da SILVA (1982), para a caracterização espaço-estrutural de São Paulo, constrói uma conceituação interpretativa do processo histórico de mudanças, ocorrido nessa metrópole, que chega aos dias de hoje com a tipologia de: 'metrópole da formação ampliada composta'. Porém, é na questão da articulação "metrópole"/"complexo de serviços" que este autor nos proporciona uma síntese da transformação capitalista básica através da qual cremos haver se instaurado a estrutura para o processo de Terciarização.

Diferenciando as formas simples e compostas de reprodução do capital, ele defende a seguinte argumentação:

*"Se a reprodução ampliada simples do capital tem uma gênese histórica, a reprodução ampliada composta do capital, tem uma gênese espacial. O que aconteceu?"*

*Não é mais o processo que comanda a estrutura mais o contrário. Ou seja, não é mais a produção e a circulação que comandam a troca e o consumo, mas o oposto.*

*Do mesmo modo a metrópole: daí a importância dos serviços". (Correa da SILVA, 1982, p. 298)... "A metrópole ampliada composta do passado, deu origem ao capital de serviços, modificando a composição orgânica do capital. O capital de serviços é a principal determinação do arranjo espacial da metropolização contemporânea" (Correa da SILVA, p. 302).*

Não duvidamos do quanto é discutível aceitar a troca e o consumo como "comandantes" do processo produtivo; mesmo que reconheçamos a força que a planificação (inclusive espacial) exerce como reguladora da produção capitalista. Porém, o fundamental destas passagens é a afirmação concreta de que está no "capital de serviços" o poderio econômico que sustenta o dinamismo metropolitano. Diferentemente da cidade industrial, são determinados serviços, que constituem um vastíssimo domínio político e econômico, de forma intensivamente centralizadora, os responsáveis pela consolidação de um novo espaço urbano.

Portanto, vemos que a cidade capitalista industrializada foi criada por um processo de revolução tecnológica na fase de **execução material** do processo produtivo. Mas a metrópole é por sua vez gerada pela dinâmica de um conjunto capitalista de serviços, os quais se caracterizam por representarem, na divisão do trabalho, o monopólio e a planificação, que qualificam a ordem contemporânea desse sistema. E, essa transformação urbana justifica-se pela mesma razão que fez vigorar a nova ordem: a essência expansionista da produção capitalista.

Ainda não nos enveredamos no específico de nossa reflexão. Isto porque entendemos que o rigor para elucidá-lo deva ser ampliado. Contudo, agora que reconhecemos o "motor" da própria metrópole terciarizada devemos, ao incorporá-la à periferia do sistema para fazer nosso estudo, relevar as contradições peculiares, que por vezes parecem trair a existência de um centro do capital monopolista. Eis aí o específico e o perigo.

Indo diretamente ao problema, vemos que a metrópole capitalista do Terceiro Mundo, comprova não só que o monopolismo não destrói a livre concorrência, mas convive, ora se apropriando ora buscando seu extermínio, com uma economia paralela (informal). Não se põe dúvida sobre os problemas es-

truturais que perpassam as metrópoles dos países desenvolvidos. Mas sua aparelhagem urbana jamais sofreu a defezagem econômica-social e política que caracteriza a complexidade do espaço monopolista na periferia do sistema. A questão que aqui levantamos será melhor desenvolvida quando abordamos a metrópole paulistana como espaço da Terciarização do trabalho.

Para finalizar essa discussão e iniciarmos adiante um raciocínio contextualizado a respeito da expansão dos serviços, lembramos o cuidado que devemos tomar para entender esta síntese:

*"...Suprimir do Urbano os Serviços equivale quase a suprimir o Urbano" (OLI-VEIRA, 197, CEBRAP - Nº 24).*

O que está destacado nessa afirmação é a importância dos serviços nas funções e relações que norteiam o espaço urbano. E, mais, nisto abrangem-se todos os serviços, independentemente de qualificação, produtividade ou rendimento. Em nosso estudo realçamos que a afirmação deva tornar-se ainda mais radical, quando este urbano é pensado como metrópole terciarizada. E para confirmar começamos a desenvolver o que entendemos por processo de terciarização.

#### **O desenvolvimento quantitativo e qualitativo do Terciário na metrópole.**

Quando questionamos o que mais caracteriza o processo de Terciarização do trabalho social, pensamos de imediato que esta expressão deva pronunciar um crescimento quantitativo do setor Terciário acima dos outros, em números relativos e absolutos. Mas, se nos retermos neste raciocínio, vamos perceber uma certa timidez no processo quando tentarmos averiguá-lo nas metrópoles das economias dependentes. No conjunto regional, o que costuma ser revelado é que o antigo centro comercial, ao se industrializar, passa a atrair grandes contingentes de mão-de-obra para o Secundário, advindo do setor Primário (na área rural). Daí projetamos um modelo anterior à industrialização, onde o contingente produtivo situa-se no Primário e no Terciário (principalmente o comercial), e outro, posterior, que marca o crescimento conjunto do Secundário e o Terciário ligado à prestação de serviços os quais foram incrementados pela urbanização. Certamente isto varia em graus, no passado das diversas metrópoles periféricas, mas não em conteúdo.

Menos otimista ainda, em relação a esse crescimento será o procedimento de tomarmos apenas o núcleo urbano e verificarmos as modificações nessa divisão setorial. Da antiga cidade comercial, passando pela industrial até a metrópole terciarizada, o desenvolvimento relativo de todo o Setor Terciário, muitas vezes encontra-se em queda e não em ascensão. Se nos guiamos pelas estatísticas do IBGE para os municípios industrializados da Grande São Paulo, veremos que, no decorrer dos últimos 50 anos, por certos períodos, alguns deles sofreram pequenas quedas na renda e no emprego dos Serviços. São Paulo vivenciou esse decréscimo relativo entre 1950 e 1960 (consultar os Censos Econômicos do IBGE) e essa mesma contrariedade dos dados pode ser percebida em outros centros metropolitanos: México, Xangai, Bueno Aires, etc.

Portanto, se dependesse dessa quantificação que traduz uma idéia de que a realidade se revela pelos números, estaríamos caminhando para traz. Pois, seria possível uma terciarização negativa? Obviamente que não. O único

valor contundente que extraímos desses números é a veracidade daquela frase anterior de Francisco de OLIVEIRA. O urbano e, majoritariamente, os Serviços Terciários, em qualquer contexto, não apenas em expressão da força-de-trabalho, mas também nos rendimentos (capitalistas ou não). Porém, nada é revelado sobre como os Serviços se articulam nas diferentes fases históricas desse urbano. É a partir dessa dinâmica qualitativa que devemos interpretar fundamentalmente a Terciarização. Nessa perspectiva, o crescimento numérico, em trabalhadores e rendimentos, do conjunto do Terciário é uma característica do processo sim, mas enquadrada num segundo plano de destaque.

Queremos defender aqui que o processo de Terciarização, principalmente no interior de uma metrópole, deve ser aferido por seu desenvolvimento qualitativo. Já fizemos a distinção necessária entre uma "metrópole Terciária" (como também pode ser chamada a grande cidade industrial) e a metrópole **Terciarizada**. O que precisamos aqui interpretar é o que significa esse desenvolvimento qualitativo do Terciário, ao ponto de, no seu interior, estarem contidos ramos da divisão do trabalho, os quais comprovam a presença de um novo espaço urbano em questão.

Primeiramente, o que percebemos é uma expansão da "proletarização" dos serviços, muitos dos quais já existiam antes do assentamento estrutural do capitalismo. Esse movimento é verificado amiúde quando antigas relações, "paternalistas" de contratação de comerciários, auxiliares, escriturários e outras categorias com pouca qualificação passam a ser orientadas e formalmente regulamentadas através das relações salariais. Por essa via pode comprovar-se um crescimento numérico do contingente; mas tal expansão tende a estar atrelada à diversificação e ao aumento de possibilidades em atender ao mercado consumidor (seja este produtivo ou não).

Retomamos aí a interpretação bem oportuna de LIPIETZ ao constatar, pelas impressões anteriores de MARX, que o Terciário, no seu arranjo desigual interno, é também atingido pelo acirramento da divisão capitalista. Diz ele:

*"No próprio interior da esfera das atividades não-manuais, a mesma lógica da separação concepção/execução está em ação. Pois ela não é inerente nem ao caráter produtivo, nem ao caráter material do trabalho, mas traduz o peso das tendências propriamente capitalistas na organização do trabalho assalariado". (LIPIETZ, A. 1983, p. 15).*

Christian PALLOIX (1985), chama a atenção para a distinção necessária entre assalariamento (primando uma categoria das relações econômicas) e proletarização (geradora de uma classe política e social). Mais do que aceitar essa distinção, fazemos seu reforço concreto na medida em que concebemos o Terciário sendo expandido no interior do processo produtivo. E não visualizando-o como um crescimento necessário para queima de excedentes.

Por outro lado, percebemos a autonomização profissional de **novos serviços**, que passam a florescer concomitantemente ao aumento de complexidade das relações de produção. Quanto nos reportamos a pensar a grande indústria moderna não conseguimos separá-la de inúmeras atividades terciárias que interagem interna e externamente para viabilizarem a realização do capital, combinadamente à execução material da mercadoria. A publicidade, as comunicações, e treinamento de pessoal, as representações, os setores intermediários de depósito, o "exército" da assistência técnica, etc. são entidades terciárias que se dinamizaram como caracterizadoras desses novos serviços, anteriormente inexistentes ou pouco encontrados na articulação da produção capitalista.

Extremamente significativo desse desenvolvimento são os Serviços de Gestão e Controle, sejam eles transparentes na administração pública e privada ou mascarados pelos benefícios de caráter social. A própria lógica da ampliação do poderio Estatal sobre a produção capitalista já justifica este rearranjo dos Serviços, para o Controle público. A nível empresarial, a Gestão das firmas estatais determinou uma burocratização massiva que permeia todo o complexo de atividades sócio-econômico, mas que é encabeçada por técnicos e profissionais de um Terciário, em particular. Podemos então fazer uma ponte diretamente funcional entre a tecnocracia e os serviços de controle.

Entretanto, quando pensamos o aumento dos órgãos e instituições de caráter eminentemente social, serviços hospitalares, escolas, previdência social, segurança pública, empresas de infra-estrutura urbana, não podemos nos iludir que o Estado simplesmente geste estes benefícios porque esteja **servindo** à Sociedade. Ao contrário, este **servir** possui um dividendo, altamente compensador ao poder estatal, que é a refinação e modernização do exercício de controle social, cada vez mais necessárias na atualidade, à medida que as contradições sociais cada vez mais tendem ao caótico ponto crítico do desgoverno.

Por último, ainda destacamos o papel funcional do Setor Informal da Economia, que dá conta da manutenção orgânica do Exército Industrial da Reserva, articulado às relações capitalistas de produção. Ocorre que esse setor atinge níveis elevados de participação nas economias das metrópoles periféricas, ao ponto de exceder a sua funcionalidade, transformando-se assim em um problema que tende a ser combatido pelo planejamento institucional. Esta questão também será elucidada mais especificamente em capítulos posteriores, sendo aqui apenas observada como manifestação desse desenvolvimento qualitativo.

O que concluímos desse esboço servirá de base introdutória aos dois temas seguintes ("Terciarização central" e "Terciarização periférica"). Relacionemos portanto em itens o que pode ser sintetizado deste capítulo:

- que, em nosso entender, o processo de Terciarização sócio-econômico não é aferido no conjunto total do trabalho Terciário (seja ele no Setor ou nas Atividades Imateriais). E, sim, no contexto em que determinados tipos de Serviços foram dispostos pelas relações de produção, para sustentarem organicamente a nova ordem monopolista do capitalismo;

- que a característica de desenvolvimento do Terciário na atualidade do espaço metropolitano é determinada qualitativamente e não pelas estatísticas absolutas e relativas que são secundárias para a revelação desse desenvolvimento. Por isso, para podermos constatar ou não a Terciarização, temos que nos guiar antes pelo papel dos Serviços (que até podem justificar seus rendimentos) e não apenas através de sua evolução quantitativa;

- que essas diferentes verificações do desenvolvimento qualitativo do Terciário comprovam um conjunto de contradições (de âmbito de atendimento, de qualificação, de ajuste à ordem vigente), as quais nos reportam a afirmar a existência de uma Terciarização do trabalho em duas "**faces**" distintas. Sua origem encontra-se instalada na convivência do liberalismo no interior da produção monopolista, reforçando que, se tomarmos a Terciarização de forma exclusivamente homogênea, não alcançaremos toda contradição do processo. Principalmente se nosso contexto de análise é a periferia do sistema.

### A terciarização em suas faces CENTRAL E PERIFÉRICA.

Cientes do alto nível de complexidade que caracteriza frontalmente a ação do capitalismo monopolista sobre a divisão do trabalho na metrópole contemporânea, canalizamos nossa interpretação do processo de terciarização desenvolvendo determinados conceitos que pudessem expressar o mais coerentemente possível tal fenômeno, dentro de uma linha contextual e dialética. Levantamos daí que o processo de Terciarização sustenta contraditoriamente em sua dinâmica duas faces conjunturais, as quais refletem a superposição do capital monopolistas sobre outras formas capitalistas de expansão do mercado. Portanto entendemos que a primeira "face" representa a consequência direta da redefinição capitalista sobre as relações de produção (e por extensão de poder); e, a segunda, sintetiza a apropriação de uma processo herdado da industrialização urbana pelo capital agora dominante, isto possibilitando um efeito indireto da redefinição que desta vez não se representa por relações características da nova ordem.

Traduzindo essa diferenciação de faces, temos o que chamamos de "**Terciarização Central e Terciarização Periférica**". Porém, antes de esmiuçar detalhadamente os aspectos particularizadores de ambas as faces, devemos elucidar as justificações que as circundam conjuntamente. De modo objetivo, por quê utilizamos a noção centro/periferia para distinguir a principal contradição deste fenômeno ?

O uso desta noção visa atingir os efeitos do processo em dois níveis de raciocínio; um de caráter **técnico-estrutural**, demarcando aqueles ramos de serviços que se articulam a diferentes relações de produção, as quais perpassam as duas faces. Neste sentido, o "central" refletiria os serviços que se expandem por efeito direto das determinações do capital monopolista e o "periférico", por efeito indireto. O outro de caráter claramente **geográfico** dado que incorpora uma correspondência espacial à própria hierarquização e diferenciação de papéis contidas nos serviços. No caso, o "central" representa o locus da ação direta do capital dominante e o "periférico" as áreas que tendem a ser por este redefinidas, mas que, por hora, são apenas integradas através mecanismos indiretos.

Com este resumo procuramos salientar que a utilização do binômio centro/periferia engendra um conteúdo bivalente cujas significações, estrutural e geográfica, dispõem-se de maneira combinada. Na prática, a articulação desses dois níveis de raciocínio, ao contrário de parecer problemática para uma suposta delimitação precisa, torna-se em verdade uma riqueza do dinamismo das transformações do fenômeno nos dois níveis. Veja que não estamos voltando nosso interesse apenas para os ramos da terciarização e nem exclusivamente para sua área. Nossa preocupação dá-se no porquê e no como se articula um processo sócio-econômico o qual, através deste estudo, passamos a reconhecer estrutural e espacialmente.

Outro dado comum as duas faces é sua permanente contemporaneidade. Nestes termos anulamos a hipótese imaginável, a priori, de que a Terciarização Central, por sua essência expansiva tende a extinguir a "Periférica" a medida que a metrópole, enquanto seu locus principal, vai-se consolidando na área urbana ao seu redor. Tal reflexão trairia uma lógica inerente ao desenvolvimento do capitalismo que é a reprodução das desigualdades para manter a divisão do trabalho a seu serviço. Se compreendermos o fenômeno metropolitano em seus

aspectos mais gerais, não podemos esquecer que a vitalidade representada hoje em seu entorno (seja a periferia do município central ou os outros municípios da chamada Região Metropolitana) é produto de sua própria criação. Pode até parecer chocante, mas é certamente indubitável.

Por uma razão similar, a Terciarização Periférica se combina temporalmente à Central e despossui qualquer evidência, no contexto com o qual trabalhamos, de que desaparecerá. Dissemos anteriormente que o processo de Terciarização compõe-se de duas **faces** como marca de sua principal contradição; não falamos em duas **fases**. Essa conotação nos possibilita levar essa idéia a uma generalização metropolitana (seja no centro ou na periferia do Sistema), na qual se adquirirá particularidades, sem destruir esse conteúdo. Ao mesmo tempo nos assegura de que, ao passarmos a trabalhar com cada face no seu específico, não percorreremos um caminho dual sem visualizar a interdependência de ambas.

Iniciemos, portanto, destacando os atributos da Terciarização Central, pois será nesta que o processo viabiliza seus efeitos mais característicos, no que concerne à redefinições sobre a divisão do trabalho.

Como já mencionamos antes de forma indireta, a Terciarização Central funda-se quando determinados ramos ("os de ponta") do Setor de Serviços em sua expansão funcional passam a conter a valorização principal do processo produtivo, ou seja, o comando do Capital. Isto em virtude do fato de incorporarem as atividades de gestão administrativa e financeira de exercício monopolista, ou por causa da presença marcante de atividades técnicas que precedem a execução da mercadoria, ou até mesmo por que a realização da maior parte deste processo esteja condicionada por novos serviços (publicidade, treinamento, representações, etc.). Assim, percebemos que a Terciarização Central não está direcionada pela exclusividade de um atributo, mas sim por um conjunto articulado, cuja relação de produção que o orienta é a divisão capitalista do trabalho (em termos específicos). Por isso, nos reportamos, antes de entrar em outros detalhes dessa face central, a constituir um outro conceito que nos auxiliará na integração desse conjunto. Chamamos de dinâmica de "**Capitalização das Relações de Produção**".

A idéia de Capitalização, em nosso entender, pode auxiliar-nos plenamente a visualizar os fatores que implicam na consolidação de uma face Central (ou seja de dinamismo intensivo) nesta expansão dos Serviços. **Ela pode ser traduzida por um assentamento das relações capitalistas no processo produtivo de maneira a criá-lo ou transformá-lo de acordo com os interesses do capital dominante.** Essas relações são caracterizadas por: assalariamento, hierarquização, autonomização, especialização e/ou parcelamento das tarefas menos qualificadas em n etapas.

A Capitalização, por suas próprias características, não gesta uma dinâmica exclusiva do trabalho terciário. Na medida em que o capital monopolista não se limita à produção imaterial, este processo pode ser encontrado no reordenamento expansivo de qualquer Setor, onde determinados ramos estejam em direta integração com os interesses do monopólio. Através dessa interpretação, tendemos a fazer uma correspondência entre "capitalização" e "modernização" das relações produtivas. Entendemos que esta é possível, desde que não se tome "modernização" como aperfeiçoamento tecnicamente qualificado do trabalho. A banalização de muitas atividades tende a ser intensificada exatamente a partir do advento de uma tecnologia mais moderna, chegando ao extremo de gerar cada vez mais desempregos. Isto pode parecer contrário à intensificação

das relações específicas, mas não deixa de ser "Capitalização", dado que o arranjo do Sistema incumbir-se-á de harmonizar tal contradição, na medida do possível.

Exposto o conceito, voltemo-nos então para o refinamento da idéia de Terciarização em sua face Central. Podemos agora entender esta face como a representação, no conjunto do trabalho imaterial, do processo de "**Capitalização das Relações de Produção**". Não se trata de reinterpretar a Terciarização Central como mera consequência da Capitalização geral do processo produtivo. Ela não aparece como efeito, mas como a própria capitalização imediata dos Serviços. E, nesse momento, torna-se fundamental ter em mente a distinção entre Setor e Atividades. Isto por que é nas Atividades Terciárias que primeiramente podemos pensar o assentamento de relações "modernas". A capitalização do Setor, enquanto os estabelecimentos de serviços, dá-se ao nível da ampliação de sua funcionalidade no arranjo global do Sistema, algumas vezes caracterizada por parcela dos aspectos que demarcam a transformação de suas atividades. É o caso de firmas autônomas de publicidade ou arquitetura, que podem funcionar desprovidas de hierarquização e assalariamento, por exemplo.

Não seria oportuno tentar clarevidenciar aqui por exemplificação quais atividades e ramos de estabelecimentos terciários denotam em sua constituição a presença da face Central do processo em estudo. Isto porquê "terciarização Central" não pode ser tomada como uma forma de classificação (subconjunto) da expansão do Terciário, e nem os Serviços (sejam quais forem) contém por si tal processo. O que provavelmente torna-se importante relevar, é que a presença de determinadas atividades e determinados ramos Terciários induzem, numa contextualização demarcada espacialmente, a existência do domínio do capital monopolista e da "Capitalização", em diferentes graus de intensidade.

Dessa forma poderemos encontrar **sinais** de Terciarização Central na medida em que notamos o desenvolvimento de empresas de financiamento às indústrias, seguradoras, órgãos de pesquisa tecnológica, serviços de informatização e computação, serviços públicos com ou sem fins lucrativos ampliando o poderio estatal, etc. Conjuntamente ao desenvolvimento dos ramos, a oferta de empregos terciários em número cada vez mais diversificado e maior (independentemente de sua qualificação) deve prenunciar outro indicador deste dinamismo Central. Entretanto, o que queremos fixar é que, sem a espacialização do fenômeno, fica difícil sua comprovação, mesmo que reconheçamos que no contexto da economia mundial, o capital monopolista exerce o principal domínio.

Visto o quê teoricamente fundamenta a nosso ver a Terciarização Central, precisamos agora esboçar como entendemos o outro lado da mesma moeda. Dado que permanecemos sob a tônica de um processo coeso e contraditório, não se faria necessária a construção de uma conceituação particularizada e diferente daquela que orienta a face Central da Terciarização. Se compreendemos o assentamento de relações especificamente capitalistas e a readequação de funções; dos ramos terciários como máximas expressões da "Modernização" dos Serviços, poderíamos contrapor que, na outra face da Terciarização, houvesse uma expansão terciária, na manutenção das "relações tradicionais" ou não especificamente capitalistas. Preferimos porém não trabalhar com a idéia de "tradicional" exatamente porque ela tem sustentado a noção de que a Periferia do Sistema é algo que já existia temporalmente antes do próprio Sistema, e estabeleceu com o Centro uma relação dualista, o que não seria real. E, em transpondo-se esse "tradicional" para o processo em estudo, acabaria-

mos entendendo o "Periférico" da mesma forma.

Queremos sim é consolidar o conceito de Terciarização Periférica, baseando-se em um dinamismo de expansão de Ramos e Atividades Terciárias não caracterizados por aspectos "modernizantes". Desta forma, a face Periférica do processo, tende a ser uma herança recriada do capitalismo liberal que, no desenvolvimento da economia centrada, seja na indústria ou na agricultura, necessitava estruturar um terciário urbano para sua realização. A metropolização desse mesmo locus urbano não faz desaparecer os chamados "subúrbios" ou zonas de transição para o rural em torno; transforma-os em uma vasta periferia geográfica diferenciada, multifuncional mas fundamentalmente determinada pela contradição no centro do capitalismo metropolitano.

Como não utilizamos a noção de periferia numa orientação exclusivamente espacial e nem buscamos saber onde estão seus exatos limites, devemos interpretar a Terciarização Periférica em um movimento, de relações produtivas, mais complexo do que a representação do entorno. Vimos que a presença de determinados Serviços tende a induzir o desenvolvimento de uma face Central, através da dinâmica da Capitalização das relações de produção, cristalizadas diretamente pelo capital dominante. Pensamos que outros serviços compostos de atividades não "modernizadas" possam servir de indicadores para a suposta constatação de uma Terciarização Periférica. Entretanto, antes de destacar quais são esses serviços, nós vêm a indagação sobre qual dinâmica deve sustentar sua expansão.

Objetivamente, concluímos que esta dinâmica esteja composta de um conjunto de fatores que giram ao redor de consequências econômicas, sociais e políticas geradas pela ação espaço-estrutural do Capitalismo dominante. Por isso é que consideramos a face Periférica como a representação indireta da atividade do capital sobre as relações de produção (no caso, Terciárias). Dessa forma destaquemos tais fatores que demarcam sua dinâmica.

Primeiro, temos o mercado consumidor (seja ele de caráter produtivo ou não) em franca expansão. Este consumo crescente só é realizado pela intermediação cada vez mais ampliada de Atividades de Serviços. O desenvolvimento de polos terciários que atendem à demanda da população local, regional, ou metropolitana no interior de um complexo urbano vem denotar a intensidade desse fator, dado que muitas vezes os estabelecimentos e atividades neles encontrados não se caracterizam pelo assentamento de relações especificamente capitalistas. Ocorre de maneira mais destacada a simples reprodução numérica de antigas relações liberais; ou seja, um desenvolvimento quantitativo de comércio de bens e serviços pessoais, p.ex., via "lei da oferta e procura".

Outros fatores, que podemos representar como desajustes essencialmente orgânicos do capitalismo, seriam os altos níveis de desemprego e subemprego combinados às insuficiências estruturais de atendimento social em suas necessidades básicas. Produzem-se daí as ocupações geralmente desqualificadas em atividades Terciárias Informais, como o comércio marginal e os serviços de biscate. Estes, na metrópole do Capitalismo Periférico, atingem cifras de participação na economia de até 1/3. Mas a lógica da subocupação também escamoteia-se no interior dos estabelecimentos regularizados e até das grandes empresas. Isto nos reforça a idéia de que os limites da Terciarização Periférica são completamente imprecisos tendendo geograficamente no corpo metropolitano a sobrepor-se constantemente à presença da face Central.

Essa interação sobreposta também podemos facilmente comprovar quando nos deparamos com o problema dos serviços públicos de caráter não

lucrativo. Nestes, o fator benefícios estatais à sociedade (também consequência da atividade monopolista), assegura o desenvolvimento de estabelecimentos cuja parte de suas atividades engendram certo "tradicionalismo" (polícia, justiça, hospitais, escolas, etc.). Porém, foi através de uma grande parcela destes que o Sistema moldou uma atividade terciária genérica que apesar de não ser nova, representa-se como Central para o monopolismo contemporâneo: os Serviços de Controle, para o exercício do poder do Estado. Portanto, muitas vezes aí notamos atividades antigas com o encargo da moderna gestão do poder. Por ela fica quase impossibilitada a delimitação espaço-estrutural de ambas as faces.

Passando à finalização deste capítulo, gostaríamos de, antes de concluir essa exposição do processo em suas faces, realçar declaradamente que nossa interpretação acima não se choca-se abertamente com as reflexões de alguns pensadores críticos da "Sociedade Terciárias" com os quais trabalhamos. O que percebemos explicitamente é uma diferença de enfoque no trato com a questão do Terciário, permitindo interpretações diferentes mas não antagônicas.

LIPIETZ, baseia sua argumentação na existência de uma polarização do capitalismo atual (especializado na exemplificação das regiões francesas), que, por um lado, qualifica ramos de serviços (e em paralelo atividades), integrando-os, por outro, a desqualificação de outros ramos, nas áreas periféricas. O sentido que demos à Terciarização Central, na medida em que se orienta pela "Capitalização" não pode arrebatar apenas o Terciário qualificado. Entretanto sua idéia não se antagoniza a nossa, porque seu espaço de estudo é o **Estado-Nação** é o nosso a **metrópole**, portanto podendo receber distintos raciocínios não excludentes sobre o mesmo processo.

Em de VICENT-THOMAS, o exame atento em vários aspectos do trabalho terciário, mais do que uma expansão deste, sugere uma "mutabilização" que o preconceito da maioria dos economistas impede de entender. Portanto, a autora não traz nenhuma teoria centralmente conclusiva que pudesse ser absorvida ou contrariada por nossa interpretação.

Sustentamos assim as seguintes sintetizações:

- 1) A Terciarização sócio-econômica é um processo de expansão qualitativa dos serviços, no interior da divisão capitalista do trabalho.
- 2) Sua efetivação deve ser vista e pensada nos contextos particularmente especializados, com base na diferenciação técnica entre Setor Terciário e Atividades Terciárias.
- 3) Sua dinâmica pode ser decomposta, de maneira contraditória e integrada, em faces (Central e Periférica) que denotam ou não a ação direta e intensiva do Capital monopolista sobre a divisão do trabalho na metrópole.
- 4) A esta atividade demos o nome de "Capitalização das Relações de Produção", a qual gesta uma "modernização" das atividades e ramos no Terciário para ordená-lo ao capital dominante. Isto por intermédio da face Central.
- 5) A terciarização Periférica, porém, ainda que desprovida de Capitalização, está articulada ao capital dominante na medida que os fatores que a norteiam são consequências estruturais deste assentamento.

### São Paulo: o significado do processo de Terciarização nesse locus central do capitalismo.

Perante o que fora colocado teoricamente acima, o desafio de se interpretar a metrópole paulistana, atinge proporções decisivas. Se o raciocínio dialético proposto sobre o fenômeno da Terciarização estiver correto, a tudo que já se pensou sobre São Paulo, deve ser acrescentado um novo arcabouço de idéias para compreendermos melhor sua espacialização atual. O que relevamos até então foi a lógica genérica de que a Terciarização Capitalista possa, majoritariamente, responder pela dinâmica da formação metropolitana; diferindo em arranjos particulares de caso a caso. Agora queremos é deslocar essa lógica para o empírico específico deste centro metropolitano, possibilitando a efervescência do debate sobre uma realidade mais palpável ao nosso posicionamento.

Sugerimos, portanto, que a dinâmica dos Serviços em expansão na Grande São Paulo, polarize, na articulação intensiva e extensiva de suas faces, o principal fundamento da consolidação metropolitana neste centro urbano. Ou seja **o desenvolvimento dos Serviços, cria a Metrópole-Terciária, e não o contrário**. Cria porque não concebemos os serviços como clássicos "realizadores" do processo produtivo. Os serviços, sob o impulso do capital, integram o processo produtivo de maneira diversificada, porém indubitável (dentro do que reinterpretamos). Isto nos faz divergir, a partir de um ponto, de autores contemporâneos que buscavam entender criticamente o crescimento do Terciário dentro da metrópole paulistana.

Notemos que a espacialização contemporânea de São Paulo é interpretada por Francisco de OLIVEIRA de maneira sintética, como pano de fundo para o processo de terciarização:

*"A tendência mais geral pode ser resumida numa seqüência de extrema simplicidade: a Grande São Paulo constitui-se primeiramente em locus do capital comercial, passando depois para ser o centro por excelência do capital industrial e sendo já agora o centro nervoso do capital financeiro sobre a economia do país. Isto explicita o caráter mais geral das mudanças, e induz a pensar-se qual é o tipo ou os tipos de serviços que terão predominância na divisão social do trabalho na GSP, ou mais propriamente, qual será a estrutura organizacional desses serviços" (p. 166).*

Não questionamos o conteúdo dessa relação diversidade de serviços/capital dominante. Entretanto, para OLIVEIRA, os serviços que se capitalizarem empresarialmente firmar-se-ão como tipos predominantes; ao passo que os que assim não se enquadrarem aparecerão como **desintegrados** da dinâmica do processo central de capitalização. Isto fica clarevidente quando o autor questiona o progresso da estrutura social da metrópole terciarizada (aludindo ao desenvolvimento dos serviços marginais e à estrutura fiscal), já que o "empresariamento" dos serviços não dá conta de torná-los tão lucrativos como a produção direta. Portanto, para o autor, permanece uma dicotomia entre serviços integrados e não integrados, a qual não corresponde a nossa idéia de **faces**.

OLIVEIRA, contribui com a interpretação da terciarização metropolitana, de forma para nós valiosa, até o momento em que visualiza o crescimento do terciário, como uma síntese **somatória** do "moderno", produzido pelo capital financeiro, com o "arcaico" das insuficiências sócio-econômicas. Daí em diante, torna-se impossível reconhecer a articulação geral da expansão dos serviços em suas duas faces, e ao mesmo tempo fica imposta sobre estes uma noção de "consequência contraditória" de um processo geral, do qual a Grande São

Paulo participa como centralizadora dos excedentes. Excedentes estes que, em sua desigual distribuição, permitem revigorar a complexidade dos serviços.

Ao pensar o mesmo objeto para o mesmo locus capitalista, Paul SINGER, transporta a explicação para a idéia de "demanda por serviços". Em um raciocínio específico sobre o emprego terciário em São Paulo ele diz:

*"...a expansão desmesurada do emprego no terciário é consequência, como foi visto, do aumento de certos serviços pessoais, inclusive o doméstico, que utilizam mão-de-obra pouco qualificada". (SINGER, Paul, op. cit. p. 132).*

E esta constatação tem um fundamento estrutural supra-metropolitano na medida em que o autor assim enquadra o domínio de São Paulo:

*"Como perspectiva futura, São Paulo tende a tornar-se dentro do Brasil uma metrópole também no sentido de se apropriar e acumular uma parcela da mais valia produzida nas áreas que estão sendo agora industrializadas" (idem, p. 133).*

Tal lógica funda-se no fato de que o Terciário crescente se justifica pela apropriação da mais-valia da produção dependente, mas exterior.

Em suma, entendemos que ambos os autores desmistificam a Terciarização no corpo da metrópole paulista, mistificando-a por outro lado no papel articulado que engendra e na produtividade que possui. A Terciarização em São Paulo, a nosso ver, não pode ser analisada frente a fatores isolados, (lucratividade, qualificação, subemprego, "inchaço") que se sobrepõem, como se as contradições do capital não nascessem de sua própria essência.

Pensamos, pois, que a divisão espacial do trabalho (traduzida pela estrutura da produção metropolitana), não se constitui de uma sobreposição inconsequente; e o caso de São Paulo comprova isto. A Terciarização Central dá-se no espaço através dos organismos financeiros, administrativos, e de serviços ligados à tecnologia que possibilitam a imposição do capital monopolista. Geograficamente, o epicentro desta dominação está representada hoje pela Av. Paulista, mas estende-se por todos os núcleos espaciais, nos quais encontramos uma taxativa atuação do assentamento de relações capitalistas (capitalização). Complexos administrativos, Escritórios Centrais, Sedes Bancárias, Órgãos de Planejamento, Centros de Educação, Saúde, Lazer, etc., são representantes em potencial desta Terciarização, que adquiriria maior concretude para certificação se raciocinássemos sobre "aparelhos" encontrados no empírico. Isto praticamos no estudo sobre Santo Amaro. Convém destacar aqui outra questão que alicerce nossa tese.

Para que se efetive a funcionalidade desses representantes da Terciarização Central, é necessária uma combinação de relações, as quais se diversificam até atingir à marginalidade urbana do emprego e da renda terciária. Chegamos aí ao outro extremo do mesmo processo. E por isso a chamamos de Terciarização Periférica. Em São Paulo, vamos encontrá-la numa expansão que só na aparência ou numa ótica de análise de "inchamento" urbano poderia ser interpretada como um problema de estruturação do capital. Sabemos que a Terciarização Periférica não se reduz ao trabalho informal (seja doméstico, temporário ou de sobrevivência) nos serviços. Mas, no caso (que pode ser estendido para a maioria das metrópoles terciarizadas da periferia), é este que auxilia a desmistificação crítica da "Sociedade Terciária" feita por diferentes escolas.

A nosso ver, dentro das limitações por não termos feito um estudo extensivo da terciarização na Metrópole Paulistana, a combinação desses extremos

é de fundamental importância para interpretarmos esse processo espaço-estrutural. Sugerimos um novo posicionamento para a complexa expansão dos Serviços no Corpo da Metrópole: expansão esta como causa e não somente como efeito.

Na continuidade desse estudo tentaremos encaminhar o empírico desta sugestões por caminhos mais específicos. A amplitude geográfica do que pretendíamos sempre esteve aqui considerada. Mas a idéia é generalizar o arranjo estudado no máximo que nos for permitido.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAVERMAN, HARRY** (1977) – **Trabalho e Capital monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar.
- CORRÊA DA SILVA, ARMANDO** (1982) – **A metrópole ampliada e o bairro metropolitano**. São Paulo, FFLCH-USP Depto de Geografia, Tese do Livro Docência, mineo.
- DURKHEIM, EMILE** (1977) – **A divisão do Trabalho social**. In **Sociologia e Sociedade** (Org. Florestan Fernandes) Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, p. 23 a 52.
- GORZ, ANDRÉ** (1982) – **Adeus ao proletariado** Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- LEITE, ROGÉRIO C. de CERQUEIRA** (1980) – **A realidade pós-industrial**. São Paulo. *Folha de São Paulo*, 1º-06-1984, p.3.
- LIPIETZ, ALAIN** (1984) – O Terciário, da acumulação capitalista: proliferação e polarização. São Paulo, AGB, **Seleção de Texta nº 16**
- MARGLIN, STHEPHE** (1974) – Origens e funções do parcelamentos de tarefas. In **Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista**. (vários autores) Porto, Publicações Escorpão, p.5-54.
- MARX, KARL** – (1980) **Teorias da Mais-Valia** Rio de Janeiro Civilização Brasileira  
– (19 ) **O Capital** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- OLIVEIRA, FRANCISCO DE** (197 ) – O Terciário e a Divisão Social do Trabalho, São Paulo. **Cadernos (?) CEBRAP nº 24**
- PALLOIX, CHRISTIAN** (1985) – Assalariado e crise das metrópoles do Terceiro Mundo. São Paulo **I.GEOG.USP** (Tradução preliminar), mimeo
- SINGER PAUL** (1973) – **Economia Política da urbanização** São Paulo, Brasiliense.
- VICENT-THOMAS EVA** (1980) – As incertezas do Terciário. São Paulo. AGB **Seleção de Textos nº16**

**RESUMO**

Este trabalho corresponde as duas primeiras partes de um relatório de pesquisa, que o autor realizou como bolsista da FAPESP. Em seu desenvolvimento, a questão da expansão do trabalho terciário (centro da análise) é interpretada a partir da Divisão Capitalista do Trabalho. Primeiramente relacionada a suas implicações Sócio-Econômicas; em seguida, por sua caracterização geográfica, através do espaço metropolitano. Fazendo a crítica às mistificações que atualmente surgem sobre o assunto e propondo uma nova ótica de análise para o Processo de Terciarização, é lançado aqui um questionamento teórico em conformidade com os desafios abertos pelo tema.

**ABSTRACT**

The central question of this paper is the development of Tertiary (Services) Work understood from the Capitalistic Division of Work. The author shows its socio-economic implications and geographical characteristics in the metropolitan space.

**RÉSUMÉ**

La question centrale de cet article c'est le developpement du Travail du Tertiaire compris a partir de la Division Capitaliste du Travail. L'auteur démontre les implications socio-economiques et les caracteristiques géographiques dans l'espace metropolitain.

